

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

---

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523  
Website: www.au.int

---

SC24018 – 92/92/22/10

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO**  
**Trigésima Segunda Sessão Ordinária**  
**10 - 11 de Fevereiro de 2019**  
**Adis Abeba, Etiópia**

**Assembly/AU/5(XXXII)**  
Original: inglês

**RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO DA**  
**CONFERÊNCIA (EXT/ASSEMBLY/AU/DEC.4(XI), RELATIVA ÀS**  
**NEGOCIAÇÕES PÓS-COTONOU POR S.E. MOUSSA FAKI MAHAMAT,**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO DA CONFERÊNCIA  
(EXT/ASSEMBLY/AU/DEC.4(XI), RELATIVA ÀS NEGOCIAÇÕES PÓS-COTONOU  
POR S.E. MOUSSA FAKI MAHAMAT, PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**I. INTRODUÇÃO:**

1. A Conferência da União, na sua 11<sup>a</sup> Sessão Extraordinária, realizada em Adis Abeba a 18 de Novembro de 2018, adoptou a Decisão Ext/Assembly/AU/Dec.4(XI) sobre as negociações pós-Cotonou. Na referida Decisão, a Conferência apelou a uma abordagem de duas vertentes para as relações de África com a União Europeia (UE) pós-2020. As duas vertentes são: (i) o Quadro África, Caraíbas e Pacífico (ACP)-UE que continuaria a reger as negociações pós-Cotonou no âmbito do mandato acordado pelas partes; e (ii) o quadro UA-UE que deve continuar a reger a parceria continental (C2C) pós-2020, com base na Estratégia Conjunta África-UE (Estratégia Conjunta) (JAES), aprovada em Lisboa em Dezembro de 2007 e a Declaração da Cimeira da UA-UE realizada em Abidjan, em Novembro de 2017.

2. O presente relatório contém um relato das medidas adoptadas para dar seguimento à Decisão da Conferência e apresenta várias propostas como via a seguir. O relatório conclui apresentando as seguintes observações:

**II. ACOMPANHAMENTO DA DECISÃO DA CONFERÊNCIA:**

3. Como forma de seguimento da Sessão Extraordinária, a Comissão, através da Missão Permanente da UA em Bruxelas, transmitiu a Decisão Ext/Assembly/AU/Dec.4(XI) aos membros do Grupo Africano em Bruxelas e ao Secretário-geral do ACP. Além disso, o Alto Representante do Presidente da Parceria UA-UE pós-2020 reuniu-se com o Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas, bem como a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Acção Externa, para informá-los sobre o conteúdo da Decisão da Conferência e discutir os próximos passos.

4. A parceria pós-2020 fez parte dos debates da primeira reunião ministerial UA-UE, realizada em Bruxelas a 21 e 22 de Janeiro de 2019. Na reunião, os Ministros recordaram o compromisso assumido em Abidjan de promover uma parceria benéfica e mutuamente mais forte entre as duas Uniões. Lembraram igualmente que a Cimeira Extraordinária de Novembro de 2018 manifestou a sua vontade de prosseguir a parceria continental UA-UE pós-2020, apoiada pelos compromissos de ambas as partes e por instrumentos e quadros apropriados. Embora reconhecendo o envolvimento dos Estados africanos e das regiões em diferentes quadros de cooperação e a necessidade de preservar os seus interesses, especificidades, diversidades e acervo, os Ministros confirmaram que a UA e a UE continuarão a trabalhar no sentido de reforçar a parceria continental pós-2020, visando a próxima Cimeira UA-UE. Os Ministros Africanos e Europeus concordaram em realizar a sua segunda reunião antes do final de 2019, a fim de apresentar um relatório sobre a

implementação dos resultados de Abidjan e avaliar os resultados da próxima Cimeira UA-UE prevista para 2020.

5. Desde o lançamento das negociações do acordo pós-Cotonou, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque em Setembro de 2018, ACP e UE realizaram várias sessões para discutir a estrutura do acordo pós-Cotonou, a sua fundação, e os prazos para a conclusão de um acordo, entre outras questões relevantes. Na altura da finalização do presente relatório a Comissão foi informada que os países ACP tencionavam organizar consultas para discutir a estrutura das negociações para o pacto regional africano e trocar pontos de vista sobre a contribuição das organizações continentais e regionais.

### III. Via a Seguir

6. Ao longo dos próximos meses, a Comissão irá intensificar as suas consultas com a UE visando o desenvolvimento de uma parceria continental reforçada pós-2020. A referida parceria deve incluir as seguintes características:

- (i) dar ênfase a algumas áreas de prioridade que permitem África progredir na rota da integração regional, garantindo uma maior coerência entre a sua agenda de integração regional e os seus compromissos internacionais;
- (ii) promover a vantagem comparativa da Europa como vizinho de África e seu maior parceiro comercial;
- (iii) evitar a fragmentação de instrumentos e abordagens nas áreas visadas; e
- (iv) afastar-se do modelo de doador-receptor.

7. Embora os debates ainda estejam para iniciar sobre o âmbito e a estrutura de uma parceria C2C reforçada, algumas áreas fundamentais emergem como prioridades contínuas pós-2020, que estão em conformidade com as prioridades da reforma institucional da UA.

8. A UE tem sido um dos maiores investidores na Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA) que está actualmente em pleno funcionamento. Uma parceria reforçada deverá alinhar ainda mais o apoio às necessidades do continente, com base na liderança e apropriação de África. Atenção especial deve ser dada à melhoria da APSA e da sua coerência, com base nas disposições pertinentes de Paz e do Protocolo do Conselho de Segurança, incluindo os que são relativos às respectivas funções da UA e das Comunidades Económicas Regionais. Visa igualmente a mobilização de apoio para financiamento previsível para as operações de apoio à paz lideradas pela UA e autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e os esforços liderados pelos africanos para abordar o flagelo dos conflitos no continente. A parceria deve igualmente ajudar na promoção do diálogo estratégico sobre questões de

interesse mútuo, incluindo o combate ao terrorismo e ao crime transicional organizado, e desarmamento, entre outros aspectos.

**9.** A Europa é o maior parceiro comercial de África. As economias africanas representam cerca de três por cento do comércio externo da UE. As exportações africanas para a UE duplicaram entre 2000 e 2017, mas ainda são na sua maioria constituídas por produtos de base, com 58 por cento dessas exportações sendo produtos minerais. Apesar do aumento no comércio, os países africanos acumularam déficits comerciais com a UE nos últimos anos. Uma parceria reforçada com a UE iria reflectir melhor as prioridades africanas em termos de integração económica regional e seria propícia para uma integração mais profunda das sociedades africanas nas cadeias de valor globais e maior adição de valor nos produtos e nas exportações, aumentando dessa forma o crescimento económico e reduzindo a pobreza. Uma parceria reforçada deve igualmente explorar o aprofundamento das relações comerciais entre África e Europa, apoiando a Zona de Comércio Livre Continental Africana e capacitando os Estados-membros da UA para que tirem o maior proveito disso. Deve permitir um avanço para a digitalização, um pré-requisito essencial para colher os benefícios da ZCLCA. Uma parceria reforçada deve igualmente contribuir para a definição das regras de comércio global e abordar os esforços de África em prol da reforma da Organização Mundial do Comércio a favor dos países em desenvolvimento.

**10.** Na frente do investimento, a UE lançou vários instrumentos destinados a reduzir o risco para os investidores em África, incluindo investidores europeus. Foram consolidados em 2016 no “Plano Europeu de Investimento Externo (EEIP).” Outros parceiros lançaram igualmente instrumentos de cooperação que visam mobilizar investimentos estrangeiros para África, ao apresentar normas para um ambiente de investimento favorável mas as diversas normas propostas por diferentes parceiros não estão necessariamente harmonizadas. A segunda fase das negociações da ZCLCA vai ajudar África a adoptar normas claras, transparentes e harmonizadas e procedimentos ao longo das fronteiras, que proporcionam um ambiente previsível para o investimento sustentável. A parceria pós-2020 com a UE deve incentivar os esforços próprios de África a esse respeito.

**11.** Europa é um parceiro importante no domínio da migração. É importante que ambos os continentes apoiem um processo político multilateral que rege a migração de uma forma que protege os nossos cidadãos em todo o mundo e muda a narrativa para destacar a trajectória positiva sobre a migração africana. Uma parceria reforçada pós-2020 deve consolidar os numerosos instrumentos que África tem actualmente com a UE no âmbito do quadro de migração continental para enfatizar o seguinte:

- um diálogo abrangente, multidimensional sobre migração e mobilidade que define as normas e os princípios para a gestão dos diferentes aspectos da migração, e permite que a UA cumpra o seu Quadro de Política sobre Migração para África;

- mecanismos conjuntos para monitorizar a migração e outros dados relevantes, e formulação de políticas de apoio em África e na Europa, que seriam coordenadas no âmbito da parceria UA-UE com base em mecanismos existentes; e
- instrumentos para financiar programas aprovados conjuntamente no âmbito da parceria continental.

**12.** A promoção do multilateralismo e da voz global de África continuarão a ser uma característica da parceria C2C pós-2020. A primeira reunião Ministerial UA-UE, realizada em Bruxelas formulou várias características e áreas de cooperação neste domínio. Os Ministros Africanos e Europeus reiteraram que o multilateralismo é o modo mais eficaz de cooperação internacional para abordar questões globais, o nível de igualdade internacional e contribuir para soluções comuns, sustentáveis e ambiciosas aos actuais desafios. Na prossecução do compromisso de Abidjan de impulsionar a cooperação conjunta na arena mundial, ambas as partes concordaram em trabalhar de forma conjunta para promover o papel crucial da ordem mundial baseada em regras, com a ONU no seu cerne, e apoiar um multilateralismo eficaz no momento em que estiver particularmente a enfrentar desafios. A cooperação na arena mundial continuará a promover a agenda sobre o clima e, mais amplamente, será considerada um tema transversal nas áreas de cooperação acima indicadas.

**13.** Com base no exposto, vou propor aos Estados-membros prazos provisórios e modalidades para a conclusão da parceria reforçada, incluindo a preparação e revisão de projectos de documentos que descrevem o âmbito e a estrutura da parceria.

**14.** Em paralelo, a Comissão continuará a trabalhar com os membros africanos dos países ACP, designadamente através de um diálogo regular e prestação de apoio técnico, conforme solicitado. Isso é em cumprimento da Decisão da Conferência - Ext/Assembly/AU/Dec.4(XI) de Novembro de 2018, que salientou a necessidade de garantir que África fale com uma única voz nas várias plataformas de parceria com a UE, para que esta parceria possa ser aproveitada em benefício da Agenda 2063.

#### **IV. OBSERVAÇÕES**

**15.** As prioridades fundamentais acima são da agenda de integração regional, conforme determinado pelo Estados-membros da UA. Para cumprir essas prioridades, é imperioso que África continue a falar com uma única voz nas diferentes plataformas e que tire benefícios das diferentes estruturas incluindo a parceria continental, bem como acordos de associação entre a UE e os Estados africanos e as regiões. A Comissão não poupará esforços para o alcance deste objectivo.

2019-02-11

# Report on the Implementation of the Assembly Decision on Post-Cotonou Negotiations (Ext/Assembly/AU/Dec.4(XI)), By H.E. Moussa Faki Mahamat, Chairperson of the Commission

Mahamat, Moussa Faki

DCMP

---

<https://archives.au.int/handle/123456789/8995>

*Downloaded from African Union Common Repository*